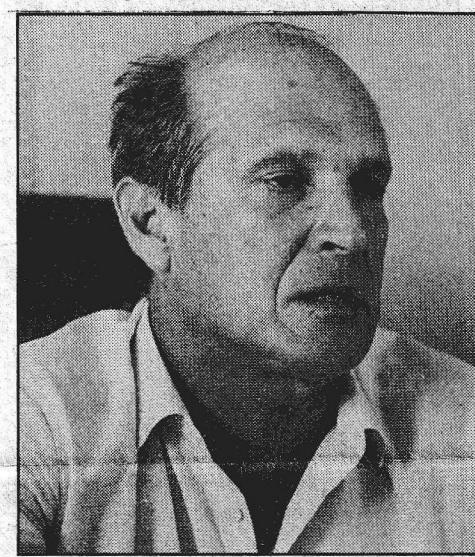


IBPC paralisa projetos urbanísticos de Brasília

Projetos importantes para o desenvolvimento do DF estão paralisados no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Os últimos pareceres expedidos pelo órgão, que tem a competência de analisar as proposições que alterem aspectos urbanísticos ou arquitetônicos da cidade, alegam que enquanto não houver um plano global de preservação de Brasília, nada será aprovado. O impasse já dura alguns meses e vem prejudicando projetos reivindicados pela comunidade.

A criação de uma nova rodoviária interligada com a estação do metrô na via Epia, em frente ao Carrefour, com salas e lojas, uma espécie de minishopping que os técnicos chamam de intermodal, foi recusada pelo IBPC. Ao analisar o projeto, que contava com a aprovação de usuários e comerciantes, o órgão negou a ocupação da área para qualquer tipo



Magalhães: projetos contraditórios

de atividade, restringindo seu uso apenas como rodoviária.

Também foi negada a alteração de destinação de um terreno da CEB no Setor Noroeste. O terreno era destinado inicialmente a um complexo administrativo da CEB, mas a ideia foi abandonada e a empresa resolveu vender o terreno, solicitando autorização para que a área fosse destinada a instalação de um shopping. O IBPC negou a alteração. Outras propostas, como a criação de uma avenida comercial no Cruzeiro e o remanejamento dos setores Bancário e de Autarquias Norte, estão dependendo de parecer do órgão.

Exorbitância — A 14ª Região do IBPC, que compreende Brasília, é coordenada pelo arquiteto Carlos Magalhães, ex-secretário de Viação e Obras do Distrito Federal. Na opinião de um ex-técnico do GDF que acompanhou a rejeição dos projetos no IBPC, a alegação do órgão constitui uma exorbitância de poder. Para ele, que prefere não se identificar, o órgão deveria se atter apenas às questões do patrimônio histórico. "O IBPC deve restringir seu parecer a sua área de atuação. Se o coordenador do órgão não concorda com determinado projeto ele deve se manifestar enquanto cidadão e não misturar as coisas", afirma ele.

Desde o tombamento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), todas as obras realizadas em Brasília têm que passar pelo IBPC. O órgão tem poder de voto e pode embargar ou provocar alterações nos projetos apresenta-

dos. A secretária-adjunta de Obras, Ivelise Longhi, técnica experiente nessa área, considera os argumentos dos últimos pareceres do IBPC "tecnicamente desnecessários".

A polêmica levanta a discussão sobre o que representa o tombamento da cidade e o que deve ser preservado. Ivelise Longhi, diz que o GDF é o principal guardião de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, mas não pode ter uma visão fechada sobre o desenvolvimento da cidade. "A cidade é dinâmica e enfrenta problemas urbanos que podem ser resolvidos sem ferir suas características originais", afirma.

O IBPC é vinculado ao Ministério da Cultura, mas as propostas também são analisadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do GDF.



Teixeira: arquiteto é prepotente

Metrô é alvo de críticas do instituto

A polêmica sobre a apreciação de projetos de interesse do DF pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) veio à tona no último final de semana, quando um jornal de São Paulo veiculou matéria com denúncia do coordenador do IBPC, Carlos Magalhães, dando conta de um erro topográfico de 20 centímetros no túnel do metrô já solucionado pelas empresas que tocam a obra. Mas as divergências são antigas, a ponto de Carlos Magalhães ter sido considerado o "inimigo número um do metrô do DF" pelo secretário de Obras, José Roberto Arruda, e assessores do governador Joaquim Roriz.

Carlos Magalhães alega que o projeto detalhado do metrô não foi submetido a análise do IBPC. O coordenador especial do metrô, engenheiro Paulo Vic-

tor Rada de Rezende — que fez parte da equipe de Magalhães quando este foi secretário de Viação e Obras do GDF — rebate esta alegação prontamente. Segundo Rada, todos os projetos arquitetônicos do metrô foram encaminhados ao IBPC e receberam aprovação oficial em carta datada de 23 de dezembro de 1991. "As obras

prosseguem no ritmo normal, atendendo a todas as solicitações de esclarecimentos", ressaltou Rada.

Desprezível — O erro de 20 centímetros foi considerado desprezível pelos engenheiros que tocam a obra." Um erro mínimo como este em oito quilômetro de escavações, detectado a tempo pela fiscalização e que já foi corrigido não tem a menor importância numa obra do porte do metrô, analisou o secretário Arruda. Segundo ele, pequenos erros numa obra de grande porte são detectados e corrigidos diariamente.

No centro de Taguatinga, citou Arruda, a obra está enfrentando muitas dificuldades técnicas porque o solo é rochoso e duro. Para o engenheiro Paulo Victor Rada, uma diferença de 20 centímetros em oito quilômetros não traz prejuízo à obra. "A correção foi feita no mesmo dia em que foi descoberto o erro, às custas da empresa que o cometeu e não gerou nenhum desperdício de recursos públicos nem tampouco afetou o projeto do metrô", afirmou ele.

MARCOS DE OLIVEIRA



O metrô, principal obra do GDF, é alvo constante das críticas do coordenador do IBPC

Motivos podem ser pessoais

déral classificou a atuação do arquiteto Carlos Magalhães no GDF como "desastrosa e rancorosa".

A avaliação do senador não pára por aí. Para ele, Carlos Magalhães é um "alquimista às avessas", pois tem a capacidade de transformar idéias valiosas em projetos ridículos. "A ciclovia virou piada nas suas mãos, os monumentos construídos por Niemeyer, sem recursos públicos, ficaram entregues ao desgaste. Isso, sem contar as acusações de contratações sem licitação e sem esclarecimento quanto ao pagamento de contas. A violência contra os favelados da 310 Norte já foi destacada até em filmes", explicou Pedro Teixeira.

Prepotência — A atuação do arquiteto Carlos Magalhães como secretário de Viação e Obras, na opinião do senador do DF, está associada à prepotência. O senador relembrar os fatos que, segundo ele, resultaram na opinião que tem a respeito do arquiteto. "Quem não se lembra da forma violenta como foram retirados os invasores da 310 Norte, quando até tratores passaram por cima dos barracos?"

Magalhães rebate as críticas

O coordenador do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) em Brasília, Carlos Magalhães, afirmou ontem que o instituto não está retendo nenhum projeto de interesse do Governo do Distrito Federal. A acusação do senador Pedro Teixeira (PP-DF) de que Magalhães estaria usando o cargo para atrapalhar o governador Joaquim Roriz, provocou uma forte reação dos funcionários do IBPC.

"A atuação do IBPC é institucional e não pessoal. O instituto sempre desperta conflito em sua ação em defesa do patrimônio cultural porque sempre há grandes interesses contrários", enfatizou Ana Cláudia Lima Alves, técnica do instituto.

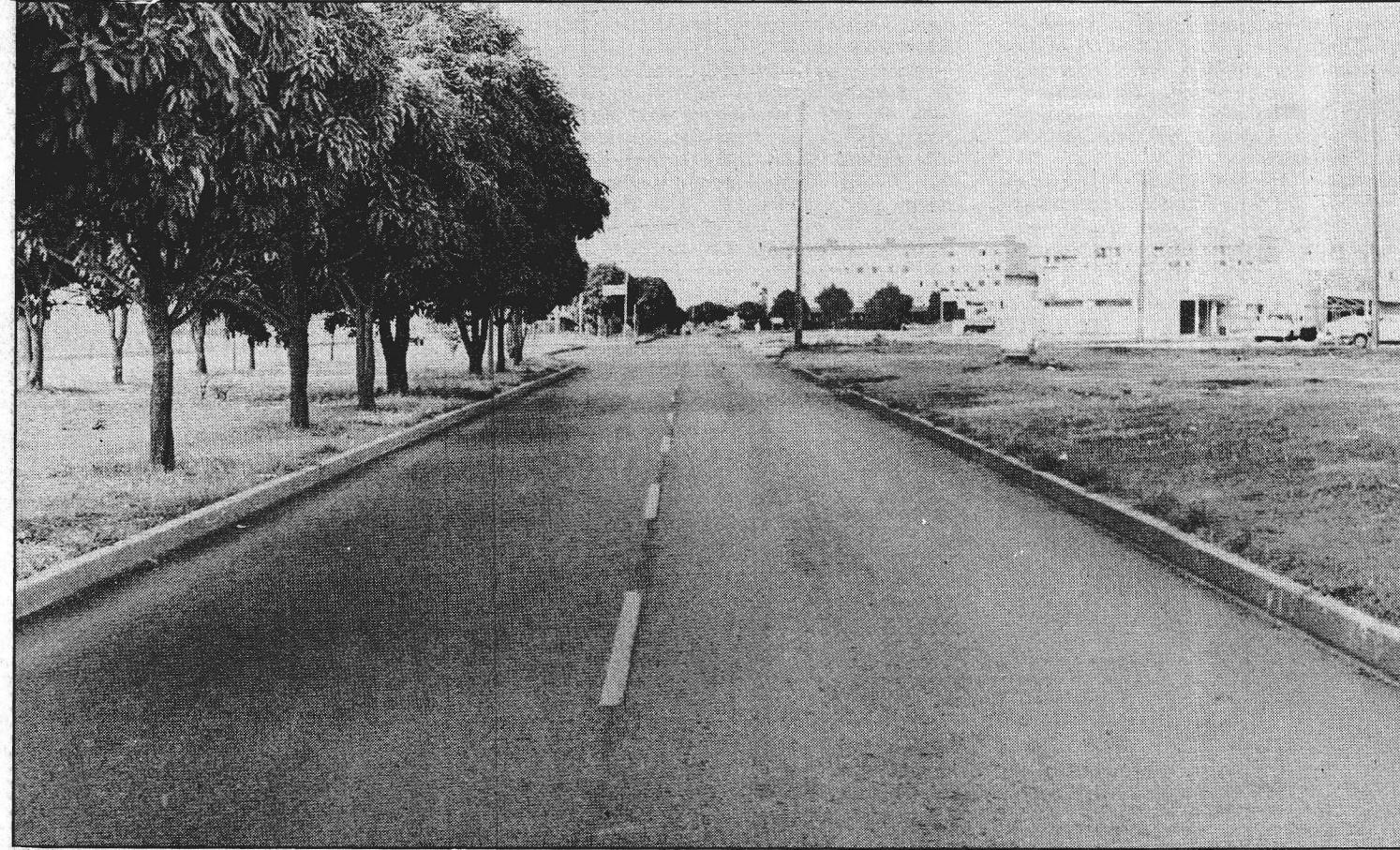
O coordenador do IBPC em Brasília explicou que o instituto tem vetado alguns projetos do GDF "Porque eles contrariam frontalmente o projeto inicial da cidade. O GDF queria, por exemplo, construir uma estação do metrô com mais de 15 lojas onde hoje funcionam a Galeria dos Estados. As lojas, pelo projeto, estariam na superfície. Nós vetamos. As lojas têm

que ser subterrâneas. Não podíamos permitir um shopping entre o Setor Bancário e Comercial Sul".

"A relação entre as duas instituições começou a se deteriorar em meados do ano passado, quando, depois de aprovar o traçado da linha do metrô, o IBPC passou a solicitar detalhes dos projetos das estações".

Outro exemplo citado por Magalhães é o caso do lote da Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB). "A CEB deu à associação dos funcionários da empresa um terreno em pagamento de uma dívida. Só que o terreno não tinha valor econômico. O GDF queria destinar o terreno para a construção de um shopping center gigantesco. Mas naquele lugar, próximo do metrô, "Agora sou eu e a Brahma os números um do País", disse Magalhães, enfatizando que não tem o menor interesse em prejudicar a administração Roriz. "Falam que Joaquim Roriz me demitiu, mas isso não é verdade. Eu me demiti juntamente com todo o secretariado do ex-governador José Aparecido, quando este deixou o GDF".

CARLOS EDUARDO



Um dos projetos que dependem de parecer do IBPC é a avenida comercial do Cruzeiro, defendida pela comunidade local